

**SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL****ATA DA SEXTA REUNIÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE POLÍTICA
CULTURAL**

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, em Belo Horizonte/MG, na sede do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, sem a presença de maioria simples dos Conselheiros Titulares e Suplentes conforme assinaturas constantes na lista de presença, realizou-se a presente reunião. A Secretária Executiva do Conselho Estadual de Cultura (CONSEC) Denise Liberato, dá início aos trabalhos, fazendo a leitura da pauta e esclarecendo que em função do baixo quórum, os temas que necessitarem ser votados serão discutidos quando o mesmo tiver aumentado. Informa também que as duas últimas atas estão prontas e serão enviadas a todos via e-mail. A Secretária de Estado de Cultura Eliane Parreiras, sugere a inversão de ordem dos assuntos propostos por Aníbal Macedo, que concorda. O conselheiro Paulo Morais faz sugestão de incluir na pauta o assunto “Estabelecimento de tempo para as intervenções dos conselheiros” e sua sugestão é aceita. O Superintendente de Fomento e Incentivo à Cultura Felipe Amado, faz apresentação com a colaboração do servidor do Setor de Desenvolvimento e Tecnologia da Informação (SDTI) da Secretaria de Estado de Cultura (SEC) Roberto Mazuchi, discorrendo sobre a Tecnologia da Informação no Sistema Estadual de Cultura. A Secretária de Cultura Eliane Parreiras elogia a equipe de TI da SEC e apresenta os benefícios que o sistema e seu cadastro oferecem e oferecerão aos agentes e empreendedores da cultura. O conselheiro Amílcar Martins endossa os elogios ao novo sistema e à equipe que o criou. Eliane Parreiras informa que estas mudanças se baseiam em ouvir sugestões dos usuários e solicita aos conselheiros que também o façam. Paulo Morais indaga se o sistema estará integrado ao Cadastro Geral de Convenientes (CAGEC), se a prestação de contas estará disponível no mesmo e se o sistema poderá ser disponibilizado com código aberto. Felipe Amado informa que não estará integrado, mas que a sugestão é ótima e que a prestação de contas estará disponível em um prazo ainda não estabelecido. Roberto Mazuchi diz que o sistema pertence à SEC e não estará disponível. Paulo Morais faz a sugestão de ser estudada a possibilidade de cessão. O conselheiro Túlio Mourão volta ao tema da substituição tributária e sugere que possa ser criado um fundo específico. Foi informado por Eliane Parreiras que a SEC e a SEF estão estudando o assunto. A Secretária de Estado de Cultura Eliane Parreiras, afirma que vai solicitar à SEF um cronograma mais concreto. Felipe Amado fala sobre a interação com as grandes empresas patrocinadoras de projetos culturais e da possibilidade de disponibilizar o cadastro dos proponentes à Lei Estadual. Aníbal Macedo sugere que se faça uma audiência pública com as grandes empresas patrocinadoras e que os projetos sejam escolhidos por meio de regras claras. O conselheiro Makely Ka diz que as patrocinadoras escolhem projetos de acordo com o seu marketing, que um pequeno grupo de captadores domina o mercado representando uma verdadeira “máfia”, tornando impossível o acesso direto aos patrocinadores e que os critérios de escolha não são qualitativos. Em seguida, apresenta sua convidada Damiana Campos, do município de Chapada Gaúcha. A conselheira Sula Mavrudis registra que os grupos de circo não conseguem se enquadrar na Lei de Incentivo à Cultura e nem no Fundo Estadual de Cultura, endossando a fala do

49 Makely Ka. O conselheiro Diomar Silveira explica que o processo de captação para a Orquestra
50 Filarmônica de Minas Gerais padece das mesmas dificuldades dos outros projetos. O conselheiro
51 José D'Ângelo também concorda com as críticas ao pequeno grupo de captadores. Eliane Parreiras
52 volta a explicar que, cumpridos os requisitos legais, os projetos têm o direito de buscar o benefício
53 fiscal e que o critério usado é técnico, em função da Lei Estadual de Cultura e conclama o
54 CONSEC a trabalhar propostas de mudanças através de decreto, via Câmara de Fomento. A
55 conselheira Clodoália Barbosa cita exemplos de fundos que não exigem contrapartida. O
56 conselheiro Sérgio Borges diz que em sua opinião, o fortalecimento do Fundo Estadual de Cultura
57 é o caminho para diminuir as distorções das captadoras. O conselheiro Rubem dos Reis também
58 defende o crescimento do Fundo Estadual de Cultura e sugere a criação de uma categoria de
59 projetos de interesse social, com menor custo. Túlio Mourão também manifesta que concorda na
60 questão das captadoras e diz que é preciso pensar soluções para o acesso dos pequenos projetos.
61 Amílcar Martins concorda com as críticas, mas ressalva que o modelo é adequado e que é preciso
62 cautela ao propor mudanças. Felipe Amado põe-se à disposição para ouvir informações sobre estas
63 dificuldades e ajudar a buscar soluções, já propondo uma reunião da Câmara de Fomento e
64 Mecanismos de Financiamento. A Secretária de Estado de Cultura Eliane Parreiras reforça a fala
65 do Superintendente de Fomento e Incentivo à Cultura Felipe Amado e sugere que o CONSEC, via
66 Câmara de Fomento e Mecanismos de Financiamento, faça encaminhamentos sobre os assuntos. A
67 SEC irá encaminhar aos conselheiros os resultados do edital de 2013. A Secretária de Estado de
68 Cultura Eliane Parreiras pondera que não se deve generalizar as opiniões sobre captadoras e
69 patrocinadoras. José D'Ângelo defende os projetos guarda chuvas, dizendo que dependendo de
70 quem o faz pode ser fundamental porque muitos projetos menores não têm condições de captar
71 recursos e é através de projetos guarda chuvas que são agraciados. Por isto, às vezes são muito
72 importantes e isto acontece particularmente no interior, onde a realidade é mais complicada e
73 captar é mais difícil. Aníbal Macedo fala sobre a audiência pública a respeito do segmento do circo
74 e sugere que o CONSEC apóie oficialmente o encaminhamento do tema na ALMG. Na audiência
75 pública houve discussão sobre a possibilidade de se obter isenção fiscal para renovação das frotas
76 dos circos e sobre tarifas de água e energia. Em seguida, sugere a confecção de uma carta de apoio
77 às propostas, a ser enviada à Comissão de Cultura da ALMG e esta sugestão é aprovada. Ficou
78 decidido então que a minuta da carta seria feita por Aníbal Macedo e Sula Mavrudis. Em seguida,
79 a Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças Amaure Klausling, faz explanação sobre o
80 orçamento do Estado. A Secretária de Estado de Cultura Eliane Parreiras, promete enviar aos
81 conselheiros o detalhamento da aplicação dos recursos derivados da operação de crédito dividido
82 pelas obras do Estado na área da Cultura. Túlio Mourão indaga se há possibilidade de maior
83 destinação de recursos para a Rede Minas. Eliane Parreiras esclarece que a mudança é
84 determinação do Ministério Público e descreve como será o funcionamento e a estrutura
85 orçamentária. Túlio Mourão defende mais atenção para a Rede Minas neste momento de transição.
86 Eliane Parreiras argumenta que nunca houve em outros governos tanta atenção à Rede Minas e cita
87 a construção da sede própria, o alto investimento, diz que o modelo não pode mudar e que a
88 questão dos funcionários é determinação judicial e sem retorno. Explica como funcionará a nova
89 sede da Rede Minas, que funcionará no mesmo espaço onde serão instaladas as sedes da Orquestra
90 Filarmônica de Minas Gerais e da Rádio Inconfidência e que será denominada Estação da Cultura.
91 Maria Andrada indaga sobre as condições exigidas para as retransmissoras do interior, pois
92 percebe que em sua região, a programação é eminentemente cultural. Eliane Parreiras informa que
93 o Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais (DETEL) faz outorgas e explana
94 sobre as regras estipuladas pela União e pelo Estado. Além disto, informa que o controle passará a
95 ser realizado pela própria Rede Minas. Aníbal Macedo reforça que um papel fundamental da Rede
96 Minas é ser a indutora da interiorização da cultura, que o CONSEC deve ter uma pauta sobre a
97 Rede Minas nas próximas reuniões, convidando pessoas da mesma para debates. Fala também
98 sobre divulgação da política de interiorização e informa que um grupo de pessoas de Juiz de Fora
99 que se encontra insatisfeito com a SEC irá solicitar uma audiência pública para que a mesma

100 explicita essa política. José D'Ángelo também exalta a importância das retransmissoras na
101 divulgação e valorização da cultura de Minas Gerais, mas diz que é necessário aumentar a
102 produção de conteúdo com artistas mineiros. Amílcar Martins lembra que a Imprensa Oficial, via
103 Diário Oficial e Suplemento Literário, pode ser instrumento de divulgação da cultura uma vez que
104 circulam por todos os municípios do Estado. A Secretária Eliane Parreiras informa que nas
105 comemorações dos 30 anos da Rede Minas em 2014, está programado um grande seminário com
106 outras redes de televisões estaduais, visando discutir o papel das televisões públicas e que a Rede
107 Minas vai abrir espaço para produções independentes em 2014. Informa que a ampliação da
108 divulgação de informações da SEC passa pelo aprimoramento do site e que haverá uma entrevista
109 coletiva em dezembro para apresentação do balanço detalhado das ações de 2013. Paulo Moraes
110 fala sobre o Canal da Cidadania do Ministério das Comunicações, que outorga canais digitais para
111 o interior do país e que podem ser solicitados pelas prefeituras através do executivo ou do
112 legislativo. Tais canais têm 4 faixas de programação, podendo ser 1 para o executivo, 1 para o
113 legislativo e 2 para a sociedade civil, o que pode alavancar bastante as produções regionais. Em
114 seguida, sugere que o CONSEC atue de maneira mais presente no incentivo à implantação dos
115 Planos Municipais de Cultura. Makely Ka endossa a fala de Túlio Mourão, reforçando que a Rede
116 Minas e a Rádio Inconfidência são os únicos instrumentos a abrirem espaço para produções
117 independentes e que não têm oportunidades nas televisões e rádios comerciais. Propõe que no
118 seminário a ser realizado em 2014 seja discutida a programação da Rádio Inconfidência pois na
119 sua opinião, está defasada no tempo e para exemplificar, cita o não pagamento de direitos autorais.
120 Sugere também, que se discutam as questões relativas às rádios comunitárias, às livres, às
121 educativas, etc. Paulo Moraes se compromete a fazer a minuta da carta que será assinada pelo
122 CONSEC e enviada aos municípios que ainda não realizaram suas conferências municipais,
123 cobrando que as realizem. A convidada Damiana Campos se apresenta, faz um histórico sobre a
124 região da Chapada Gaúcha, que está situada na mesorregião Norte de Minas Gerais, fala sobre as
125 necessidades de diálogo sobre a cultura local, solicita a continuidade do programa Minas Território
126 da Cultura na região e convida o CONSEC a realizar uma reunião itinerante em Chapada Gaúcha
127 em 2014. Eliane Parreiras solicita que os conselheiros indiquem as localidades das 3 (três) reuniões
128 itinerantes de 2014, que definam os critérios da Câmaras Consultivas com a representatividade
129 regional e também o modelo de votação para a renovação do Consec. Informa as datas de
130 lançamento do edital da Petrobrás e da adesão de Minas Gerais ao Sistema Nacional de Cultura. A
131 Superintendente de Ação Cultural Janaína Cunha, faz um relato das negociações estabelecidas com
132 integrantes da ocupação do espaço Luiz Estrela. Makely Ka faz um histórico das ocupações e
133 manifestações ocorridas em Belo Horizonte e reafirma a importância desta última, em função de
134 pretender implantar um centro cultural no local ocupado. Aníbal Macedo e Maria Andrada
135 consideram que o CONSEC deve aguardar os desdobramentos legais do caso e, se os ocupantes
136 permanecerem no local o Conselho pode se oferecer para auxiliá-los na gestão. Eliane Parreiras
137 destaca a importância destes movimentos, o interesse da SEC em dialogar com eles e diz que em
138 próximas reuniões, caso seja do interesse do Conselho, podem ser convidados membros do
139 movimento e da Feluma para apresentarem e discutirem com o Consec a questão. Janaína Cunha
140 detalha a participação da SEC nas negociações, explana as ações da Feluma desde a cessão do
141 imóvel, elogia o nível de reflexão do movimento e informa sobre o interesse da SEC em manter o
142 diálogo. Clodoália Nobre pondera que a transformação do espaço em um centro cultural
143 contribuirá muito para a valorização cultural da região e sugere que seja apresentada uma proposta
144 do Estado à FHEMIG de permuta do imóvel. O Estado cederia um imóvel não tombado para uso
145 do espaço com os objetivos propostos e em troca, ficaria com este imóvel que é tombado. Paulo
146 Moraes descreve o descaso da FHEMIG com as suas colônias no interior e sugere um convite à
147 Secretaria de Patrimônio da União para falar ao CONSEC sobre o patrimônio ferroviário no
148 estado, pois os imóveis estão em sua maioria abandonados e poderiam ser ocupados para ações
149 culturais. Aníbal Macedo indaga se o Estado teria um espaço para ser cedido ao movimento e
150 sugere a criação de uma comissão do CONSEC para ir até o local da ocupação dialogar com o

151 grupo. Janaína Cunha informa que os dois lados negociam o uso compartilhado. Eliane Parreiras
152 diz que seria interessante para o Consec se uma comissão fosse até o Espaço Luiz Estrela para
153 entender de perto a dinâmica da ocupação e sugere que no próximo ano, em uma das reuniões
154 ordinárias, o tema ocupações entre como pauta. Janaína Cunha destaca a preocupação do Estado
155 com a integridade dos ocupantes tendo em vista a vulnerabilidade física do casarão. Makely Ka
156 destaca que o caráter permanente da ocupação se deve ao fato de haver pedido de reintegração de
157 posse. Janaína Cunha reitera a intenção do Estado em continuar negociando sem fazer valer a
158 reintegração de posse. O Plenário concorda com os dois encaminhamentos: formar uma comissão
159 para ir ao local e colocar as ocupações em geral em pauta para 2014. O conselheiro Aníbal Macedo
160 fica encarregado de marcar data de visita e comunicar tal data aos demais conselheiros. Janaína
161 Cunha comunicará ao movimento o relato feito ao Consec e sobre a visita de membros do
162 Conselho no Espaço. Denise Liberato apresenta a proposta de calendário de reuniões para 2014.
163 Maria Andrada sugere a região de Formiga, ao invés de Itaúna. Makely Ka defende a realização de
164 uma Reunião Itinerante em Chapada Gaúcha, enumera os motivos e sugere que as Reuniões
165 Itinerantes sejam realizadas em 2 dias seguidos na região que estiver sendo trabalhada pelo
166 Programa Minas Território da Cultura para que se possa conhecer melhor a realidade local.
167 Geralda Vieira sugere Araçuaí e solicita que as Reuniões Ordinárias se realizem de 2 em 2 meses
168 em 2014 em função do final de mandato dos conselheiros e por haver muita demanda ainda a ser
169 trabalhada. Aníbal Macedo concorda com Maria Andrada sobre a realização de uma Reunião
170 Itinerante em Formiga, com Makely Ka sobre Reunião Itinerante em Chapada Gaúcha e em
171 seguida Paracatu e também com a opção de realizar uma Reunião Itinerante em Patrocínio após a
172 reunião de Araxá. Rubem Reis sugere que a Reunião Itinerante se realize em Araxá e Patrocínio
173 em 16 e 17 de abril. Por votação foi escolhida a cidade de Paracatu e em seguida, Chapada Gaúcha
174 nos dias 22 e 23 de maio. Também escolhem Formiga no dia 05 de junho. A primeira Reunião
175 Ordinária será em 14 de fevereiro, a segunda em 09 de maio e a última deste mandato em 01 de
176 agosto. A secretária informa sobre a reunião com membros da Universidade Federal de Santa
177 Catarina - UFSC que aconteceu na SEC para tratar da parceria com a mesma através da realização
178 de 02 seminários de capacitação com oficinas e apoio técnico para o trabalho de elaboração do
179 Plano Estadual de Cultura. Para o início dos trabalhos sobre o Plano Estadual de Cultura será
180 encaminhado amplo material aos membros da comissão e sugere a 1ª semana de fevereiro para a 1ª
181 Oficina de Metodologia que será realizada em dois dias de atividades com um professor designado
182 para acompanhar cada estado e 1 bolsista doutorando. A 2ª oficina acontecerá no final de fevereiro
183 em Florianópolis com a participação de um servidor da SEC e do consultor contratado na parceria
184 entre a SEC e a UFSC, juntamente com outros estados que também estão construindo seus Planos
185 Estaduais de Cultura. Um dos conselheiros fala sobre uma notícia de que uma produtora de
186 eventos do município de Viçosa aprovou um projeto na Lei Estadual de Incentivo à Cultura para
187 promover shows de Michel Telò no Estado. A secretária Eliane Parreiras se compromete a avaliar
188 a veracidade da notícia e posicionar o Conselho a respeito. Denise Liberato registra os segmentos
189 sem representantes na reunião: design e moda, SETUR, SEF, ALMG e AMM. Fabiano Moreira da
190 Secretaria de Estado de Educação informa que é o novo titular e que o novo suplente será ainda
191 indicado. Rubem Reis sugere que no Plano Estadual de Cultura possa haver fomento para grupos
192 que realizam trabalho de relevância artística e que não tenham recebido dinheiro público. José
193 D'Ángelo pondera que a proposta abre um precedente para grupos específicos e sugere para isto, o
194 Fundo Estadual de Cultura. Eliane Parreiras diz que para estes trabalhos mais específicos o mais
195 apropriado seria um prêmio de reconhecimento. Em seguida, relata reunião realizada com o
196 Movimento Teatro de Grupo. Paulo Morais informa que o Minc respondeu sobre a continuidade do
197 Programa Cultura Viva, propondo um convênio no valor de R\$18 milhões, sendo R\$12 milhões do
198 Governo Federal e R\$ 6 milhões do Governo Estadual, em 2 anos de execução. Eliane Parreiras
199 diz que a SEC vai analisar a correspondência e se posicionar. Os informes foram feitos e devido ao
200 baixo quórum, serão enviados aos conselheiros posteriormente, solicitando um posicionamento.
201 Aníbal Macedo diz que a proposta feita pelo Rubem Reis de apoio para um segmento particular

202 das artes cênicas pode ser trabalhada dentro do Plano Estadual de Cultura. Aníbal Macedo
203 relembra proposta anterior de um Seminário Técnico para tratar de financiamento à cultura e relata
204 que um evento similar já acontecido foi promovido e pago pela ALMG e que está verificando se
205 esta possibilidade pode se repetir. Faz um relato da reunião com membros do ConeCta, onde foi
206 esclarecido o motivo de Minas Gerais ter sido o último Estado a aderir ao SNC, e que os membros
207 do ConeCta se mostraram aborrecidos por não ter havido a possibilidade de esclarecimento na
208 Conferência Nacional, tendo em vista que a ministra citou enfaticamente esta situação durante sua
209 fala na Conferência Nacional de Cultura. Sugere uma carta do CONSEC ao Minc sobre o assunto.
210 Tal correspondência seria enviada pela SEC. Informa que os membros do ConeCta desejam a
211 participação de Minas Gerais e que as ações sugeridas na Carta de Princípios não têm a
212 obrigatoriedade de serem cumpridas da forma exata como estão explicitadas, para participar do
213 Fórum. Aníbal Macedo informa ainda que surgiu durante a reunião em Brasília a possibilidade de
214 haver uma reunião do ConeCta em Belo Horizonte em março ou abril de 2014. Eliane Parreiras diz
215 que o Estado está à disposição para receber a reunião, pois considera muito importante a
216 participação de Minas Gerais no ConeCta. Aníbal Macedo fala da constituição das Câmaras
217 Consultivas e volta a defender a inclusão dos delegados mineiros eleitos na Conferência Estadual
218 como membros das Câmaras Regionais e para isto, o CONSEC alteraria o previsto no Regimento
219 Interno. Esta é uma proposta que deve ser encaminhada a todos os conselheiros para avaliação.
220 Aníbal Macedo também cita o problema recorrente do quórum, lembrando que o Regimento
221 Interno define alguns procedimentos relacionados a este tema. Bernardo de Oliveira sugere uma
222 correspondência/balanço, enfatizando as ausências e conclamando que não se repitam em 2014.
223 Rubem Reis volta ao tema da limitação de tempo para as falas. Fabiano Moreira acredita que nos
224 Grupos de Trabalho, este problema seja minimizado e solicita que as reuniões ocorram
225 rapidamente. Denise Liberato lê a minuta da carta a ser enviada à Assembléia Legislativa.

226
227 Assim, terminou a 6ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural da qual eu,
228 Denise Liberato, lavrei a presente ata após ter sido lida, aprovada e assinada pela presidente deste
229 conselho, a Sra. Eliane Parreiras, e aprovada em plenária pelos demais membros presentes,
230 conforme lista de presença do dia.

231

232 Belo Horizonte, 09 de Dezembro de 2013.